

## A questão ambiental e o ensino de sociologia: uma análise dos livros didáticos do PNLD

Felipe Matheus Santa Brigida Oliveira<sup>(1)</sup>,  
Ana Paula Soares Farias<sup>(2)</sup>,  
Kleberson Almeida de Albuquerque<sup>(3)</sup> e  
Vergas Vitória Andrade da Silva<sup>(4)</sup>

Data de submissão: 6/3/2021. Data de aprovação: 7/7/2021.

**Resumo** – A Sociologia ambiental surge, a partir dos anos 1960 e 1970, na esteira dos movimentos sociais que deflagravam a situação emergencial de degradação dos recursos naturais e da expansão do industrialismo. Observa-se que, até então, os sociólogos da época não dispunham de recursos analíticos para lidar com a questão ambiental. A temática foi abordada em poucos trabalhos acadêmicos, e a Sociologia clássica não oferecia aporte teórico. Neste contexto, a Sociologia ambiental emerge com o propósito de investigar as divergências e os conflitos associados aos diferentes usos da natureza, buscando compreender as causas dos problemas ambientais e os atores envolvidos. A temática ambiental tornava-se, portanto, objeto de vasta reflexão, demarcando presença nos debates acadêmicos, que reforçavam, por sua vez, a necessidade de sua inserção na educação básica. Atualmente, os livros didáticos de Sociologia para o ensino médio, embora de forma sucinta, apresentam debates sobre as questões relacionadas ao meio ambiente. Em vista disso, este artigo se propõe a analisar a abordagem da questão ambiental nos livros de Sociologia para o ensino médio, comparando as perspectivas e refletindo sobre a importância atribuída à temática. Nestes termos, realizamos um estudo de natureza qualitativa a partir de pesquisa bibliográfica e análise de três diferentes livros aprovados no PNLD 2012, 2015 e 2018, respectivamente: *Sociologia para o Ensino Médio*, *Sociologia em Movimento* e *Sociologia para Jovens do Século XXI*. A pesquisa identifica discussões do campo do estudo em torno da temática ambiental, mas, em uma das obras, ela aparece de forma incipiente e com lacunas.

**Palavras-chave:** Ensino da Sociologia. Questão ambiental. Sociologia ambiental.

### The environmental issue and the sociology teaching: an PNLD textbooks analysis

**Abstract** – Environmental Sociology emerges in the 1960s and 1970s, in the wake of the social movements that triggered the emergency situation of natural resource degradation and the expansion of industrialism. It is noted that, until then, sociologists did not have the analytical resources to deal with the environmental issue. The theme was approached in few academic papers and classical sociology did not offer any theoretical support for it. In this context, environmental sociology emerges with the purpose of investigating the differences and conflicts associated with the different uses of nature, seeking to understand the causes of environmental problems and the actors involved. The environmental theme became, therefore, the object of

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais – Licenciatura na Universidade Federal do Pará e Bolsista de Iniciação à Docência UFPA/CAPES. \*[felipe.santabrigida@hotmail.com](mailto:felipe.santabrigida@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6589-6723>.

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais – Licenciatura na Universidade Federal do Pará e Bolsista de Iniciação Científica UFPA/CAPES. \*[paulasoares.farias@gmail.com](mailto:paulasoares.farias@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3898-176X>.

<sup>3</sup> Graduado em Pedagogia e Mestrando em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia – PPGECA/UEPA. \*[klebersonalbuquerque@gmail.com](mailto:klebersonalbuquerque@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7134-5266>.

<sup>4</sup> Professora doutora da Educação Básica na Escola de Aplicação da UFPA. \*[vergas@ufpa.br](mailto:vergas@ufpa.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3730-5938>.

vast reflection, marking presence in academic debates, which, in turn, reinforced the need for its insertion in basic education. Currently, high school sociology textbooks, although briefly, present discussions about issues related to the environment. In light of this, this paper aims to analyze the approach to the environmental issue in high school Sociology textbooks, comparing perspectives and reflecting on the importance given to the theme. In these terms, we conducted a qualitative study, based on bibliographic research and analysis of three different books approved in the PNLD 2012, 2015 and 2018, respectively: *Sociology for High School*, *Sociology in Motion* and *Sociology for young people in the 21st century*. The research identifies discussions of the field of study around the environmental theme, but in one of the works it appears in an incipient form and with gaps.

**Keywords:** Environmental sociology. Environmental issue. Teaching of Sociology.

## Introdução

As questões ambientais vêm ocupando um lugar de relevo no mundo globalizado e, com isso, ganhando corpo, dada a complexidade em que se compuseram no cenário atual, constituindo-se, assim, numa temática emergente e relevante, susceptível de ser investigada por diversas áreas do conhecimento científico (BACCHIEGGA, 2013; COSTA FERREIRA, 2004). Vale ressaltar que as investigações em torno das questões ambientais são relativamente recentes na história da Sociologia. É somente a partir da década de 1980 que esses estudos passam a ser incorporados ao debate sociológico, impulsionados por um contexto que denunciava a real insustentabilidade de um modelo econômico, cujo impacto socioambiental que causa é cada vez mais evidente, danoso e irreparável. Partindo daí, constituiu-se uma ramificação científica para o estudo específico de questões relativas ao meio ambiente e sociedade: a Sociologia ambiental, considerada um campo ainda novo, em processo de formação e consolidação (LAYRARGUES, 2012; SILVA; ZUCCHETTI, 2012).

Durante as décadas de 1960 e 1970, a partir de objetivos fundamentais para o que estava sendo desdobrado a respeito da questão ambiental, as demandas convencionadas no período referido – em razão dos conflitos ambientais gerados por elementos cunhados pelo sistema capitalista – ganharam fortemente apoio no âmbito acadêmico e nos movimentos sociais. Os movimentos sociais, por sua vez, tiveram sua origem com as lutas dos trabalhadores sindicais, sendo observado como a luta de classes apresentada em Marx; no entanto, com o passar do tempo, o termo passou a ser empregado em diversos tipos de ações coletivas, em que movimentos populares de dimensões locais e regionais passaram a ser investigados com mais profundidade, criando assim espaços de debates e lutas alternativas que não estavam sendo alcançadas pelo estado (GOSS; PRUDENCIO, 2004). Neste sentido, Gohn (1997) conceitua os movimentos sociais como sendo “ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais” (p. 253), as quais precisam ser articuladas observando a conjuntura social, econômica e política de seu país, dando engajamento a uma causa comum não institucionalizada de caráter transformador.

Destarte, diante de temas emergentes que não estavam sendo discutidos pelos governantes de forma adequada dentro do mundo globalizado, as subjetividades somaram-se às coletividades em prol de causas comuns, sendo uma delas a causa ambiental; desta forma, “poderíamos afirmar que o movimento ambientalista do último quarto deste século conquistou posição de destaque no cenário da aventura humana” (CASTELLS, 2000, p. 141). Assim sendo, tais questões já haviam sido refletidas acerca da relação dos indivíduos com o meio ambiente, porém, ganharam fôlego em circunstâncias próprias, como a partir dos anos 1960, nas quais se propuseram a desenvolver análises para uma explicação mais social, de modo que esta estivesse vinculada ao meio ambiente, cujo produto dessas condições serviu de base à construção da Sociologia ambiental (HANNIGAN, 2009). Segundo Hannigan (2009), a Sociologia ambiental tem sido construída a partir de análises socioambientais, com conceitos e metodologias

próprias, considerando o atravessamento de outras áreas para responder à complexidade da questão ambiental.

A produção de pesquisas na questão ambiental tem avançado no Brasil, contudo, segundo Alonso e Costa (2002b), devido à estreita relação entre o ativismo ambiental e a pesquisa acadêmica, houve um avanço lento na produção dessa temática, tendo em vista as perspectivas de cunho mais político do que propriamente ambientalista, necessitando de fundamentos mais sólidos e menos utópicos, além de propor “uma agenda de pesquisa de problemas ambientais autônoma em relação às preocupações do movimento ambientalista” (ALONSO; COSTA, 2002a, p. 117). Nessa perspectiva, a pesquisa científica na área ambiental torna-se imprescindível, afinal, esses estudos cumprem um papel central na divulgação de artifícios que podem impedir ou minimizar agravos provocados aos recursos naturais. Os resultados dessas investigações podem mobilizar formas diversas de sensibilização ambiental, advertindo, de um lado, dos efeitos danosos gerados ao meio ambiente; e de outro, insistindo na participação ativa das pessoas no combate aos problemas socioambientais.

Refletir sobre o meio ambiente, bem como sobre assuntos pertinentes para entendê-lo no âmbito educacional, resulta em um processo definitivo na relação entre indivíduos e a sociedade, que tomam conhecimento sobre o meio ambiente, adquirindo consciência e habilidade, capazes de agir tanto individualmente quanto coletivamente para solucionar problemas ambientais (UNESCO, 1987). Posto isso, os livros didáticos se apresentam como um auxílio neste processo da aprendizagem e ferramenta de apoio à prática docente. De acordo com Nuñez *et al.* (2003), é necessária a participação dinâmica do professor na seleção dos livros didáticos que usará em sala de aula, segundo recomendação dos principais objetivos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Nesse contexto, o PNLD de 2012 defende que os professores devem possuir uma gama de conhecimentos conceituais que os auxiliem no critério ético de saber selecionar os livros didáticos, considerando as possibilidades e limitações de cada um ao abordar questões ambientais (BRASIL, 2011).

Com base no contexto exposto, propomo-nos, no presente artigo, a discutir questões relativas à educação socioambiental nos livros didáticos de Sociologia. Mais especificamente, nosso objetivo é analisar a abordagem da questão ambiental nos livros de Sociologia para o ensino médio, comparando as perspectivas e refletindo sobre a importância atribuída à temática. Nosso interesse recai sobre a análise de três diferentes livros aprovados no PNLD 2012, 2015 e 2018, respectivamente: *Sociologia para o Ensino Médio*<sup>5</sup>, *Sociologia em Movimento*<sup>6</sup> e *Sociologia para Jovens do Século XXI*<sup>7</sup>. A pesquisa orientou-se pela abordagem qualitativa e valemo-nos da pesquisa bibliográfica como instrumento de coleta de dados. Para dar conta desse propósito, esboçaremos, sucintamente, a contextualização histórica da institucionalização e consolidação da Sociologia ambiental nos livros didáticos, seguindo os critérios estabelecidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – especificamente da área de Ciências Humanas – e pelo Programa Nacional do Livro Didático. Além disso, faremos uma análise qualitativa dos livros didáticos de Sociologia, considerando a abordagem que cada livro utiliza ao expor questões concernentes à educação socioambiental.

Vale ressaltar que a produção deste artigo pode se tornar relevante para o ensino de Ciências Sociais, visto que apresenta um quadro geral das questões ambientais discutidas nos livros didáticos dessa disciplina contemplados no PNLD dos três anos mencionados. Ou seja, este trabalho traça um breve mapeamento da Sociologia ambiental dentro desse material didático. Sendo assim, este estudo pode ser útil no momento da elaboração de programas de ensino, podendo orientar o docente, destacando as contribuições e as limitações de cada obra

<sup>5</sup> TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o Ensino Médio*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, PNLD/2012.

<sup>6</sup> SILVA, Afrânio *et al.* *Sociologia em movimento*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, PNLD/2015.

<sup>7</sup> COSTA, Ricardo Cesar Rocha da; OLIVEIRA, Luiz Fernando. *Sociologia para Jovens do Século XXI*. 4. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016, PNLD/2018.

didática analisada, auxiliando, dessa forma, no planejamento escolar. Entendemos, ainda, que este estudo pode contribuir para o desenvolvimento de futuras pesquisas que optarem por investigar a Sociologia ambiental nos livros didáticos de Sociologia.

Os principais resultados desse estudo constataam que, no livro *Sociologia para o Ensino Médio*, a questão ambiental é construída a partir de elementos mais gerais, sob uma perspectiva dos movimentos sociais. Por outro lado, o livro *Sociologia em Movimento* aprofunda aspectos socioambientais através de conceitos da Sociologia rural e ambiental, desde o surgimento da problemática até a agricultura familiar e justiça ambiental. Por fim, *Sociologia para Jovens do Século XXI* discute igualmente em um capítulo a questão dos problemas ambientais, como, por exemplo, os problemas climáticos, fazendo uma relação entre capital e desgaste ambiental. Concluimos que há certo empenho dos livros didáticos no sentido de dar conta do campo da Sociologia ambiental, entretanto, há lacunas que poderiam ser mais bem exploradas.

### **Perspectivas teóricas em torno da Sociologia Ambiental: uma breve (re)visão**

O aceleração das mudanças ambientais vinculadas às ações humanas gerou diversos problemas socioambientais com diferentes dimensões, afetando todo o globo (FERREIRA, 2004). A preocupação com o planeta se justifica na medida em que é possível perceber as sérias consequências causadas pelo uso incorreto e desordenado dos recursos naturais, tais como: poluição ambiental, degradação das florestas, danos à camada de ozônio, aquecimento global, desertificação, perda da biodiversidade, acúmulo de lixo tóxico, liberação de substâncias, produtos altamente tóxicos, entre outros (ALMEIDA; FREURY; PREMEBIDA, 2014). Portanto, a forma desarmoniosa de coexistência entre sociedade-natureza, que cresceu com o avanço das indústrias, mobilizou transformações ambientais nunca vistas. O industrialismo torna-se, nesse contexto, “o eixo principal da interação dos seres humanos com a natureza em condições de modernidade” (GIDDENS, 1991, p. 66), fazendo com que a questão ambiental emergisse com a crise ecológica. Nessas circunstâncias, surgem as primeiras perspectivas sociológicas, voltadas a compreender as origens e as consequências dos problemas socioambientais, assim como apontar alternativas para uma sociedade mais sustentável (HANNIGAN, 2009; LENZI, 2006).

Almeida, Fleury e Premebida (2014) reiteram que a constituição do meio ambiente em objeto de estudo sociológico é recente. Seu aparecimento enquanto campo de estudos está ligado a um processo de demanda por análises teóricas capazes de articular o social e o natural. Nesses termos, o vínculo entre práticas sociais e meio ambiente torna-se um dos principais campos de interesse e atuação da Sociologia ambiental. Em seus trabalhos, Lenzi (2006) tem reafirmado a importância que os pioneiros Catton e Dunlap tiveram no processo de formação da Sociologia ambiental, conferindo a ela definição, delimitação e uma especificidade. Esses primeiros sociólogos da causa ambiental, no final da década de 1970, desenvolveram uma crítica bastante pertinente à Sociologia clássica e à Sociologia contemporânea, descrevendo a completa ausência de interesse e preocupação com as questões ambientais, esboçando, a partir daí, uma proposta de criação de uma Sociologia ambiental (LENZI, 2006). Os estudos e pesquisas inaugurados por esse novo campo tornam-se centrais para o desvelamento dos processos pelos quais se produzem riscos à sociedade, como, por exemplo, as práticas de queimadas e desmatamentos na Amazônia e o consequente aquecimento global, e o crescimento de práticas industriais nefastas e o avanço de uma sociedade do consumo que se apropria dos recursos naturais sem a preocupação com as futuras gerações (BUTTEL, 1992).

Para Alonso e Costa (2002b), é possível utilizar esse balanço produzido na literatura internacional sobre a questão da Sociologia ambiental para fazer um parâmetro comparativo que possibilite avaliar a literatura brasileira sobre o tema. É evidente que as discussões produzidas na Europa e nos Estados Unidos são importadas para a realidade brasileira. Segundo Alonso e Costa (2002a, p. 6), “a questão ambiental ganhou maior relevo durante o processo de redemocratização, quando muitos militantes de esquerda retornavam do exílio trazendo na



bagagem preocupações ecológicas dos novos movimentos sociais europeus”. Assim, durante os anos 1980 e 1990, destacaram-se estudos sobre desenvolvimento sustentável produzidos nas ciências sociais e humanidades no Brasil, principalmente em forma de crítica ao modelo econômico capitalista.

O estudo apresentado por Alonso e Costa (2002a) destaca que, no Brasil, é constatada uma relevante defasagem entre os discursos e ações feitos por organizações socioambientais e a produção científica da área das ciências ambientais com relação às reflexões abordadas pelas ciências sociais sobre o tema. Assim, de acordo com Alonso e Costa (2002b), existe um avanço no discurso ambientalista produzido nas ciências sociais no Brasil.

Dessa forma, na literatura brasileira, as discussões da sociologia sobre questões ambientais recaíram em debates sobre a sustentabilidade e a análise de conflitos (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014). No trabalho de Fleury, Almeida e Premebida (2014) sobre o ambiente como questão sociológica, eles caracterizam as abordagens levantadas por diversos autores sobre os conflitos ambientais no Brasil, em que autores como Fuks (2001), Almeida (2004) e Brandenburg (2005) orientam suas pesquisas dialogando com a sociologia ambiental internacional sobre sociedades de risco, sustentabilidade e modernização. Há ainda o campo de investigação influenciado por pesquisas de Pierre Bourdieu que discutem os conflitos ambientais fundamentados nas relações simbólicas; estes estudos têm como autores Lopes *et al.* (2004), Acsehrad (2004), entre outros. Por fim, outra abordagem configurada na literatura brasileira é referente aos estudos da área da antropologia com os trabalhos de Ribeiro (1991), Almeida (1996) e Magalhães (2007), cujas análises partem de povos tradicionais e projetos de desenvolvimento sustentável.

Outra área de estudos apontada por Herculano (2000), em seu trabalho sobre as origens da sociologia ambiental, é sobre os estudos de saúde coletiva e do trabalhador relacionados aos estudos de riscos do trabalho e acidentes químicos e que desencadeiam a vulnerabilidade social desses sujeitos. Herculano (2000) enfatiza que as análises nesse campo da Sociologia ambiental brasileira realizadas por Freitas (1996a, 1996b), Porto (1996) e Silva (1996) refletem no encontro de diversas ciências e na aproximação de estudos ampliados sobre o tema abordados por médicos, engenheiros, historiadores e sociólogos.

Como se pode depreender do exposto até aqui, a Sociologia ambiental, enquanto produto social e histórico nasce de uma necessidade humana de explicar as causas da intensificação dos impactos socioambientais causados pelo crescimento econômico. Desde seu surgimento, a Sociologia do meio ambiente tem sido definida de diversas formas. Há uma acepção bastante interessante que fora desenhada por Buttel (1992, p. 69), que afirma existir “uma dualidade inerente na existência humana: o ser humano visto como um fio na trama da vida da grande biosfera e, também, como criador de ‘ambientes’ singulares e socialmente distintos”. Buttel (1992), na definição da Sociologia ambiental, reconhece, simultaneamente, a importância da materialidade física do meio ambiente e o lugar ocupado pelas construções sociais da natureza. É com base nesta perspectiva que este artigo se filia para dar conta da análise dos livros didáticos. Reiteradamente, corroboramos a abordagem segundo a qual

a união da natureza física e das construções sociais da natureza permanece atualmente como a principal preocupação para a sociologia ambiental. Na verdade, a habilidade de unir estes conceitos aparece como o centro da pretensão da área de ser a melhor das áreas da sociologia a se aplicar a um dos maiores problemas mundiais - o declínio do meio ambiente. (MCREYNOLDS, 1999, p. 181).

Portanto, para atender aos propósitos deste artigo, respaldamos nossa análise dos livros didáticos considerando as vinculações que se estabelecem entre as representações socialmente construídas sobre a natureza e a natureza física em si mesma, reforçando, assim, a perspectiva exposta cima.

Problematizar os livros didáticos do ponto de vista das questões ambientais supõe, mesmo que brevemente, introduzir uma discussão a respeito do ensino de Sociologia. Vale frisar que ele vem se constituindo como um (sub)campo de pesquisa no interior das Ciências Sociais no Brasil (BODART; CIGALES, 2017). Neste sentido, entendemos o ensino de Sociologia como uma temática de pesquisa no interior do campo acadêmico brasileiro, e a Sociologia escolar como a disciplina propriamente dita, circunscrita ao ambiente escolar. Enquanto a primeira possui caráter descritivo e analítico sobre os processos sociais e educacionais envolvendo o ensino da Sociologia, a segunda tem caráter normativo e prescritivo ao ser caracterizada como uma teoria pedagógica. Em outras palavras podemos entender esse processo, via divisão entre ciências da educação e teorias pedagógicas. (CIGALES; BRUNETTA, 2018, p. 149).

Segundo Oliveira (2013, p. 180), há duas características singulares do ensino de Sociologia no Brasil que devem ser destacadas e que, conforme nosso ponto de vista, são igualmente importantes para pensar as questões deste artigo: “o reconhecimento da intermitência desta ciência no currículo escolar e o fato de ser uma tradição cujas raízes encontram-se na realidade escolar, antecedendo a existência de cursos voltados para a formação específica de cientistas sociais”. Neste mesmo sentido, Moraes (2011, p. 362) ressalta que “esse espraiamento do ensino de Sociologia ocorreu na ausência de cursos de formação de professores de Sociologia, sendo comum a presença de advogados, médicos e engenheiros para cobrir essa carência”. Dessa maneira, a temática ambiental ficou subordinada às intermitências das Ciências Sociais no currículo e à ausência de uma formação específica dessa ciência por um período. Isso, conseqüentemente, teve implicações na adoção das questões ambientais diante dos livros didáticos de Sociologia.

#### **A construção da questão ambiental nos livros didáticos de Sociologia**

O livro didático pode ser considerado um guia curricular de referência no processo que instaura as mediações de ensino. Vale destacar que parte significativa dos/as docentes da educação básica o elege como material didático em que baseará seu planejamento e suas ações pedagógicas. Ao passar por uma avaliação do Ministério da Educação, o livro didático torna-se currículo legitimado; ele é disponibilizado para a maioria das escolas públicas, atuando como o principal programa de ensino, seguido e difundido na escola básica brasileira (CHOPPIN, 2004; CAVALCANTE, 2015; MEUCCI, 2014; SANTANA, 2018). Partindo dessa concepção, respaldamo-nos na perspectiva segundo a qual o livro didático pode ser considerado um dispositivo multifacetado e com uma variedade de características, podendo ser apreendido “como um material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação” (GATTI JR, 1997, *apud* CAVALCANTE, 2015, p. 21).

Conforme Meucci (2014), a função social do livro didático e o papel que ele ocupa na cultura escolar o consagram enquanto um bem cultural complexo e privilegiado, que contribui para a compreensão dos mecanismos e estratégias de produção e circulação do conhecimento na sociedade. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Cavalcante (2015) afirma, em seus estudos, que o livro didático aciona diversas funções instrutivas de caráter educacional, tornando-se um complexo de múltiplas potencialidades pedagógicas. Choppin (2004), corroborando esse debate, apresenta uma discussão bem interessante sobre as várias características do livro didático. Segundo esse autor, no interior da escola, esse recurso de ensino assume quatro diferentes características, quais sejam: 1) referencial: reflete um programa de ensino com temas e conteúdos que um grupo educacional classifica como importante de ser disseminado; 2) instrumental: incorpora estratégias de ensino de modo a propiciar a obtenção de competências disciplinares; 3) ideológica e cultural: é um veículo de transmissão da língua, da cultura e dos valores da classe dominante; e 4) documental: instrumento didático cujo fim é desenvolver o olhar crítico e reflexivo do/a discente (CHOPPIN, 2004).

A Constituição de 1988 determina como competência da União a proteção do meio ambiente e a luta contra poluição de qualquer tipo, estabelecendo, em seu Capítulo VI, o meio

ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos, impondo “ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). A fim de assegurar a efetividade deste direito, são estabelecidas algumas incumbências ao Poder Público, dentre elas, está a de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

Na instância das Ciências Humanas do Parâmetro Curricular Nacional, enfatiza-se a condição de um educando constituído de uma criticidade, baseada nos critérios pedagógicos, que consistem na formação de um indivíduo que esteja em consonância com a sua realidade social, ou seja, as orientações pedagógicas devem estar atreladas ao contexto do indivíduo, de modo que apresente a ele elementos que contenham situações reais e estejam voltados para a compreensão da complexidade da globalização, do mundo do trabalho (BRASIL, 1996).

A partir das análises realizadas nos livros didáticos e em específicas categorias, como a categoria “mudança social”, as mudanças ocorrem simultaneamente a um determinado contexto, sobretudo quando tal contexto abarca o espectro internacional. As mudanças necessitam de manifestações adversas para que constituam um novo elemento, bem como do discurso, por exemplo, o discurso pedagógico, que se inclui no contexto para a operação da mudança (BERNSTEIN, 2003). Considerando as análises efetuadas nos livros didáticos de Sociologia, observamos que os critérios de avaliação são flexíveis, mas conjuntamente devem atender aos requerimentos dos contextos sociais, políticos e econômicos (LDB, 2000), os quais são, inevitavelmente, mutáveis numa sociedade. Dessa forma, as mudanças respaldam-se no próprio contexto das questões levantadas acerca dos aspectos ambientais que estimularam a pesquisa.

Imprescindivelmente, os fundamentos dos clássicos são direcionados para tratar as questões referidas; é possível observar que eles já analisavam as mudanças de sociabilidade em decorrência do avanço do sistema capitalista, tendo em vista a efetivação de tecnologias complexas que suprimiam o meio ambiente em si em prol do progresso, bem como para o desenvolvimento da economia, implicando em mudanças profundas nas relações sociais e nas relações de produção (QUEIROZ, 1986). Nesse sentido, Karl Marx já identificava, a partir de suas observações, as mudanças ambientais no meio ambiente. Uma vez identificadas, aplicava nos seus escritos para explicar a imposição do sistema capitalista nas relações de produção, considerando as mudanças para desenvolver novos conceitos sobre a realidade social – como, por exemplo, o impacto da monocultura em países em desenvolvimento implicava em conflitos socioambientais (HANNIGAN, 2009).

Os novos contextos configuravam tais mudanças na sociedade; as mudanças nas relações de produção implicam na construção de uma nova forma de trabalho (HANNIGAN, 2009). Dessa forma, os PCNs, junto com o edital do PNLD (edições de 2012, 2015 e 2018), representam a efetivação de tal mudança, como mostram as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), cuja ênfase da questão ambiental é orientada por meio da educação ambiental, e esta possui uma Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que contém princípios e objetivos de observância obrigatória, sobretudo no ensino formal, considerando a necessidade da normatização por parte do Conselho Nacional de Educação (CNE) para definir tal política. Ao mesmo tempo em que serve como instrumento para a interpretação e construção do conhecimento nos níveis e modalidades de ensino e ramos científicos, a Educação ambiental possui enfoques específicos, emergentes e urgentes, entre eles, o modelo produtivo e o consumismo da sociedade capitalista (BRASIL, 2012).

É expresso dentro das bases legais o principal papel da educação, o de fomentar o exercício da cidadania aos educandos, sendo então as disciplinas de Filosofia e Sociologia as principais encarregadas de direcionar este percurso formativo dentro do currículo escolar, de sorte que os direcionamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais na instância da área das Ciências Humanas e suas Tecnologias, particularmente na parte das Ciências Sociais –

Sociologia, Antropologia e Ciência Política –, enfatizam os eixos indispensáveis desta área, nos quais consistem

a relação entre indivíduo e sociedade, a partir da influência da ação individual sobre os processos sociais, bem como a importância do processo inverso, e a dinâmica social, pautada em processos que envolvem, ao mesmo tempo, porém em gradações variadas, a manutenção da ordem ou, por outro lado, a mudança social (BRASIL, 2000b, p. 36).

Com base nos parâmetros apresentados pelos PCNs, a questão ambiental foi aprofundada a partir do PNLD de 2015, entretanto, no PNLD de 2012, foi tratada tal questão de forma aglutinada nos movimentos sociais. Um adendo a ser consideravelmente relevante é que, desde a aprovação das Diretrizes Curriculares da Educação Básica, a questão socioambiental deve ser tratada como meta universal: “[...] segundo o artigo 13 das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, homologadas em janeiro de 2012, ‘as propostas curriculares deverão contemplar a sustentabilidade socioambiental como meta universal’” (PNLD, 2014).

Nesse sentido, a questão ambiental também pode ser abordada dentro da disciplina de Sociologia a partir da parte diversificada, o que possibilita autonomia para instituições de ensino, a fim de trabalharem temas que compreendam a realidade da comunidade na qual a escola está inserida, de forma a contextualizar o ensino, desenvolvendo uma aprendizagem que possua significação relevante aos educandos, sendo apontada a temática ambiental na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que determina: “§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o *caput* do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural” (BRASIL, 1996). No estado do Pará, a parte diversificada do currículo apresenta a disciplina de Estudos Amazônicos, direcionando conhecimentos de caráter regional. Assim como no ensino de sociologia, este é um campo de atuação do licenciado em Ciências Sociais, que pode propor também neste componente curricular a efetivação da educação ambiental de forma Interdisciplinar (BARROS; LANCHÁ, 2016; BARROS, 2016; JÚNIOR, 2017).

Portanto, tendo em conta tal elemento nas DCNs, identificamos que as mudanças, a partir de fortes transformações nos discursos exteriores (BERNSTEIN, 2003), isto é, debates fortemente desdobrados em conferências, congressos e seminários, exigiram da Diretriz Curricular que desempenhasse mudanças em consonância com os contextos apresentados na sociedade, tanto nacional quanto internacional. O objetivo era orientar discussões e debates considerados emergentes para a Educação Básica, uma vez que tal discussão e legitimação dos discursos na DCEB foram representadas já no PNLD de 2015 e 2018 – algo que também deve ser considerado é a inclusão tardia da disciplina de Sociologia no PNLD, que acaba por implicar também nos entraves existentes na consolidação da questão ambiental dentro deste campo de conhecimento, visto que, para consolidar questões profundas desse âmbito de estudo, deve ser imprescindível que a discussão socioambiental contemple de forma eficaz sua complexidade, tendo em vista a Sociologia ambiental para tal efetivação.

### **1 Análise dos livros didáticos: procedimentos metodológicos, resultados e discussões**

Este estudo partiu de um levantamento exploratório sobre os livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD de 2012, 2015 e 2018. Partindo daí, elegemos três obras que correspondiam, cada uma delas, aos anos supracitados, como se observa no quadro 1:

Quadro 1 – Livros didáticos de Sociologia selecionados para este estudo

Livros	PNLD	Editora	Autores/as
<i>Sociologia para o Ensino Médio</i> (2010)	2012	Saraiva	Nelson Dacio Tomazi



<i>Sociologia em Movimento</i> (2013)	2015	Moderna	Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cassia Miranda, Fátima Ferreira, Lier Pires Ferreira, Marcela M. Serrano, Marcelo Araújo, Marcelo Costa, Martha Nogueira, Otair Fernandes de Oliveira, Paula Menezes, Raphael M. C. Corrêa, Rodrigo Pain, Rogério Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago Esteves, Vinicius Mayo Pires.
<i>Sociologia para jovens do século XXI</i> (2016)	2018	Imperial: Novo Milênio	Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Considerando o avanço de pautas que impulsionaram a necessidade de incluir a Sociologia no currículo escolar da Educação Básica, aliado à assertiva do artigo 13 da DCEB acerca da questão socioambiental, os livros didáticos escolhidos dos PNLDs de 2012, 2015 e 2018 apresentariam uma noção desses avanços em função do engajamento da contextualização da Sociologia na educação básica, a partir de uma base pedagógica (BERNSTEIN, 2003). O livro *Sociologia para o Ensino Médio*, do autor Nelson Dacio Tomazi, foi um dos precursores para o ensino da Sociologia, e especificamente neste livro, o autor apresenta os conceitos das Ciências Sociais de modo claro e associativo com a realidade do aluno. Os demais livros escolhidos, *Sociologia em Movimento* e *Sociologia para Jovens do Século XXI*, este último dos autores Luiz Fernando de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa, possuem igualmente os mesmos critérios de ensino e aprendizagem do autor Nelson Dacio Tomazi, a partir de uma construção crítica-didática entre professor e alunos. Freire (2001) compreende que o ato de escrever e o de verbalizar sucintamente em consonância com a realidade social do educando é fundamental para uma educação crítica com a realidade concreta. Posto isso, com o avanço da necessidade das discussões socioambientais serem efetuadas entre a sociedade civil e instituições jurídicas e não governamentais no século XXI (SANTILLI, 2005) e igualmente da constituição da Sociologia na Educação Básica em relação a um ensino-aprendizagem a partir da realidade do aluno, escolhemos esses livros específicos de Sociologia para investigar como tais questões estão sendo tratadas em um viés no nível básico da educação, ao passo que pudessemos compreender as demandas de cada PNLD e os seus avanços.

Após a eleição das obras, realizamos uma pesquisa documental, tomando como fonte de investigação os livros didáticos de Sociologia, citados no Quadro 1. Corroboramos a perspectiva segundo a qual “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51). Dialogando com essa abordagem, nosso estudo baseou-se, como se pode depreender, da análise dos livros didáticos de Sociologia a partir da questão ambiental, nosso objeto de estudo. Iniciamos nossa investigação com uma análise documental que consistia na observação dos programas de ensino dos livros didáticos selecionados, ou seja, focamos nosso exame nos capítulos, temas, subtemas e tópicos, procurando identificar quais dos livros selecionados abordavam, de modo claro e preciso, as temáticas ligadas às questões ambientais. Na sequência, chegamos aos seguintes resultados:

Quadro 2 – A questão ambiental nos livros didáticos de Sociologia – PNLD (2012, 2015 e 2018)

<b>Livros</b>	<b>Capítulos, temas, subtemas e tópicos ligados à questão ambiental</b>
<i>Sociologia para o Ensino Médio</i> /PNLD 2012	Capítulo 15 – <i>Movimentos Sociais</i> Tópico – Os movimentos sociais contemporâneos Tema: O movimento ambiental
<i>Sociologia em Movimento</i> / PNLD 2015	Capítulo 15 – <i>Sociedade e meio ambiente</i> Tópico – O contexto histórico da problemática socioambiental; Sociologia e meio ambiente; Modernização, transformação social e meio ambiente Considerações sociológicas: economia verde e conflitos ambientais

<p><i>Sociologia para jovens do século XXI/PNLD 2018</i></p>	<p>Capítulo 12: <i>O mercado exclui como o gás carbônico polui: capital, desenvolvimento econômico e a questão ambiental</i> Tópicos – Entendendo as causas do aquecimento global; O surgimento da sociologia ambiental; Capital, desenvolvimento econômico e a questão ambiental. Interdisciplinaridade: chega de meio ambiente! Lutemos por ambiente inteiro.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

### 1.1 Sociologia para o Ensino Médio

O livro *Sociologia para o Ensino Médio*, do autor Nelson Dacio Tomazi e da editora Saraiva, cuja segunda edição, de 2010, constitui o PNLD/2012, é composto por volume único de 256 páginas e dividido em 7 unidades. O foco de análise deste trabalho é abordado na unidade 5, intitulada “Direitos, cidadania e movimentos sociais”. Este livro utiliza a abordagem relacionando o conceito de cidadania ao surgimento do Estado, que, por sua vez, deve garantir os direitos essenciais aos cidadãos (TOMAZI, 2010). Dessa forma, essa unidade – que se apresenta como continuidade da unidade anterior – é constituída na relação entre cidadania e movimentos sociais, visto que, na compreensão do autor, o acesso aos direitos de cidadania depende das ações de indivíduos e de coletivos mobilizados por interesses e necessidades em comum.

Em relação à questão socioambiental, o livro destaca, brevemente, o movimento ambiental como um movimento social contemporâneo, tendo em conta a consideração de suas principais características: não ter uma coordenação única; o desenvolvimento partir de ações coletivas; e sua diversidade de ideias e valores. Essas características dos movimentos ambientais visam desenvolver suas ações a partir da necessidade de uma nova maneira de viver em sociedade (TOMAZI, 2010). A questão ambiental, nessa edição do livro, é pouco abordada e não possui discussão teórica para se pensar socialmente o meio ambiente. Segundo o Guia de Livros Didáticos do PNLD/2012, por exemplo, é corroborada a ideia das insuficiências e limitações nas abordagens teóricas que o professor encontrará ao trabalhar a questão ambiental nesta obra:

Por ser um exemplar, a um só tempo, bastante convencional na seleção e síntese de teorias e temas das Ciências Sociais e bastante jovial na linguagem textual e gráfica, o professor, ao escolher este livro, terá um recurso adaptável às diferentes realidades de ensino com excelentes sugestões para atividades complementares. Haverá, entretanto, necessidade de introduzir alguns temas novos, que são muito demandados na escola pela sua significância atual. A questão ambiental e os temas relativos às relações de gênero e sexualidade merecerão certamente um esforço adicional do professor, já que não há, para isso, suporte teórico no livro. (BRASIL, 2011, p. 25).

Na dissertação de Fabio Desterro (2016) “Sobre Livros Didáticos Para O Ensino Médio”, ressalta-se como o Guia de Livros Didáticos, além de apresentar o processo de avaliação dos manuais e resenhá-los, apresenta um conjunto de críticas que servem como alerta a professores para uma avaliação criteriosa na escolha do livro didático. Dessa forma, após a avaliação e escolha do presente livro didático, o professor deve buscar as contribuições que possibilitem a ele mediar a construção da consciência e o conhecimento do aluno em relação à abordagem sociológica do meio ambiente. Para isso, deve utilizar outras ferramentas e conhecimentos que auxiliem, junto com o livro, para a obtenção de resultados relevantes na aprendizagem na sala de aula.

### 1.2 Sociologia em Movimento

O livro *Sociologia em Movimento* (2013), da editora Moderna, presente no PNLD/2015, está dividido em 6 unidades. A análise deste livro didático nos mostrou que a abordagem socioambiental está presente na sua sexta unidade, denominada “A vida nas cidades do século XXI: questões centrais de uma sociedade em construção”, composta por três capítulos, em que aborda, no capítulo 13, “A sociedade e espaço urbano”; no capítulo 14, “Gêneros, sexualidades

e identidades”; e, por fim, no capítulo 15, “Sociedade e meio ambiente”. Este último constitui a análise da nossa pesquisa.

O capítulo é dividido em quatro tópicos que apresentam diferentes abordagens sobre questões ambientais, além de sete seções, intituladas, respectivamente: “Saiba mais”; “Quem escreveu sobre isso”; “Considerações sociológicas”; “Instrumentos jurídicos”; “Indicações de livros, filmes e sites”; “Atividades”; e “Movimentação”.

Na página inicial do décimo quinto capítulo, “Sociedade e meio ambiente”, logo são apresentadas ao leitor imagens de acontecimentos de grande repercussão nacional, além de apresentar as habilidades que poderão ser adquiridas após estudar o capítulo do livro. Para nortear o estudo, apresenta-se, inicialmente, a questão motivadora: “Como conciliar os princípios dos movimentos de proteção ao meio ambiente com as lutas contra as desigualdades sociais e a favor do desenvolvimento econômico e da superação da pobreza?” (SILVA *et al.*, 2013, p. 364).

No primeiro tópico, intitulado “Primeiras palavras”, demonstra-se a relação existente entre o humano e seu caráter cultural e social com o meio ambiente. O desenvolvimento da cultura humana e a forma como suas diferentes manifestações interagem com o ambiente físico ao redor caracterizam o conceito de meio ambiente para a Sociologia.

Em seguida, o texto nos apresenta o contexto histórico a partir de uma linha do tempo em que acontecimentos relevantes ao meio ambiente são sistematizados cronologicamente, como o acidente nuclear de Chernobyl (1986); o assassinato de Chico Mendes (1988); a Crise Mundial de Alimentos (2007/2008), entre outros. Depois, expõe um conceito da expressão “meio ambiente” e o desenvolvimento do seu caráter social e cultural, não desassociando este tema do ser humano e da sociedade.

A terceira parte do capítulo, intitulada “Sociologia e meio ambiente”, aborda o surgimento da Sociologia ambiental relacionando aos problemas ambientais vivenciados nos anos 1980. Neste momento, Silva *et al.* (2013) dedicam-se à análise de conflitos sociais envolvendo a exploração de recursos ambientais e a desigualdade diante dos impactos gerados por tais problemas ambientais, tendo, assim, maior proximidade com outras ciências. Portanto, em sua investigação da obra, Desterro (2016, p. 222) expõe que:

Há um destaque para o fato de que a preocupação da Sociologia com a temática ambiental coincidiu com o fortalecimento dos movimentos ambientalistas e com a constatação científica de que o desenvolvimento econômico capitalista está associado à utilização de tecnologias ambientalmente predatórias.

Ainda na terceira parte do capítulo, pode-se observar um subtópico intitulado “Política, sociedade e a ideia de segurança alimentar”, que discute as questões ambientais a partir de uma perspectiva sociológica, apresentando a distinção entre a ideia de segurança alimentar e a de soberania alimentar. A primeira foi desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial, com o estabelecimento de políticas agrícolas que objetivaram assegurar o abastecimento de alimentos nos países em conflito. A segunda foi conceituada durante a Cúpula Mundial Sobre a Alimentação, organizada pela FAO<sup>8</sup>, no ano de 1996, fazendo relação com políticas públicas viáveis a fim de combater a fome no mundo, dando prioridade às economias locais e nacionais e reivindicando poder aos camponeses. Assim, os defensores da soberania alimentar assumem apoio a uma política de reforma agrária que fortaleça a agricultura familiar, por ser o meio mais sustentável e por adquirir maior diversidade cultural (DESTERRO, 2016).

---

<sup>8</sup> “No ano de 1996, a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) realizou a Cúpula Mundial da Alimentação, conferência na qual foram aprovados uma Declaração e um Plano de Ação destinados a combater a fome no mundo. Os chefes de Estado e governo participantes assumiram então o compromisso de mudar radicalmente o quadro de desnutrição que afetava (e ainda afeta) mais de 800 milhões de homens, mulheres e crianças no mundo inteiro, dos quais um número substancial no Brasil” (ALENCAR, 2001, p. 137).

Dando continuidade, no próximo subtópico, denominado “A valorização da Agricultura Familiar”, os autores explanam sobre o termo Agricultura Familiar<sup>9</sup>. Em seguida, debatem acerca da produção de alimentos, que, partindo da afirmação do economista Ricardo Abramovay<sup>10</sup>, as regiões onde a agricultura mais prosperou tiveram como base o modelo familiar.

A quarta parte do livro, intitulada “Modernização, transformação social e justiça ambiental”, denota a necessidade de reverter os mecanismos de privatização dos recursos ambientais. Cita-se, neste tópico, a perspectiva da física e filósofa indiana Vandana Shiva – articuladora de produção intelectual com ativismo político pela causa ambiental –, que critica o uso privado dos recursos naturais que objetiva a obtenção de lucro, e defende uma democracia do uso desses recursos baseada na sustentabilidade, paz e justiça (SILVA *et al.*, 2013). Posteriormente, o tópico desenvolve a análise do cientista social Antônio Cândido, que é referência nos estudos dos aspectos culturais que marcam a relação da sociedade com o meio ambiente, bem como a relação dos avanços do capitalismo com o aumento de problemas socioambientais. Depois de uma breve apresentação das ideias desse sociólogo, “o livro aborda os problemas ambientais nas cidades: deslizamentos, inundações, problemas de saúde ligados à falta de saneamento básico etc.” (DESTERRO, 2016. p. 223). O tópico segue discutindo a ideia de “zonas de sacrifício”, denominação dada pelo sociólogo estadunidense Robert Bullard<sup>11</sup>, que são territórios que concentram situações de justiça ambiental (SILVA *et al.*, 2013).

A perspectiva desse sociólogo segue sendo mencionada no subtópico “Justiça ambiental, modernização ecológica e conflitos ambientais no Brasil”, em que se detecta que os maiores atingidos por problemas ambientais são negros e pobres. Este livro didático aborda, em um longo capítulo, a temática ambiental na sociedade através de várias perspectivas, e oferece abundante referencial teórico em cada tópico, além de trabalhar diversas informações das ferramentas metodológicas situadas em “seções” que, ao longo da obra, servem de auxílio ao entendimento dos textos apresentados.

### **1.3 Sociologia para jovens do século XXI**

O livro *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016), dos autores Luiz Fernando de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa, da editora Imperial Novo Milênio, em sua 4ª edição presente no PNLD/2018, possui 400 páginas no livro do estudante e se estrutura em torno de três unidades, cada qual com oito capítulos, num total de 24 capítulos, compostos por seções e subseções que se articulam com o texto principal de cada capítulo. O Manual do Professor contém 111 páginas e oferece uma discussão introdutiva sobre o percurso da Sociologia como disciplina escolar no ensino médio (BRASIL, 2018).

Nesta obra, há uma aproximação com temas do cotidiano que é mediada por reflexões mais complexas, relacionadas com os conceitos trabalhados nos capítulos, que têm como um dos objetivos questionar os discursos neutralizadores da realidade social. Desse modo, o/a aluno/a é levado a responder às questões iniciais, que podem estar em um texto ou no próprio título do capítulo, a partir de uma reflexão sociológica. Na unidade 2, “Trabalho, política e Sociedade”, o capítulo 12 dessa obra, intitulado “O mercado exclui como o gás carbônico

---

<sup>9</sup> “O termo Agricultura Familiar diz respeito ao modo de organização da produção agrícola por pequenos proprietários rurais, quando há unidade entre a gestão e o trabalho” (SILVA *et al.*, 2013. p. 374).

<sup>10</sup> Em sua publicação “Muito além da Economia Verde”, Abramovay (*apud* SILVA *et al.*, 2013. p. 375) “aponta a necessidade de construir uma economia baseada na cooperação social e no esforço para preservar os recursos naturais de que depende o desenvolvimento”.

<sup>11</sup> Bullard é tido como fundador do movimento ambiental, pesquisador, acadêmico e militante contra o racismo ambiental, termo que surgiu quando ele apresentou uma pesquisa demonstrando que os aterros sanitários, depósitos e incineradores de lixo da cidade de Houston, públicos e privados, não eram instalados segundo critérios técnicos e estavam todos localizados em bairros cuja população era de maioria negra, embora a população negra da cidade não correspondesse a 25% do total (SILVA *et al.*, 2013).



polui’: capital, desenvolvimento econômico e a questão ambiental”, propõe-se a trabalhar a temática socioambiental, cuja composição consiste em três tópicos e três seções auxiliares no processo de aprendizagem.

O capítulo introduz com um debate acerca do aquecimento global, iniciando com a indagação: “Você sabe dizer de que forma as indústrias afetam o clima do planeta Terra?” (COSTA; OLIVEIRA, 2016, p. 167). Em seguida, ele aponta como irá trabalhar a questão no decorrer do capítulo, propondo-se a abordar a causa, os efeitos e como evitá-los a partir da perspectiva sociológica sobre o tema.

No primeiro tópico, “Entendendo as causas do aquecimento global”, o livro se propõe a explicar as causas do aquecimento global, traçando um histórico das mudanças climáticas sofridas no decorrer dos anos até a atualidade. Após essa abordagem, busca-se explicar o surgimento desse fenômeno a partir da interferência humana:

Diferentemente dos eventos que citamos acima e das outras mudanças climáticas que afetaram o planeta, as atuais alterações do clima não são fenômenos naturais, previstos para acontecer com a Terra: o aquecimento global está sendo provocado e acelerado pelo próprio homem. (COSTA; OLIVEIRA, 2016, p. 169).

No tópico mencionado anteriormente, utiliza-se uma interdisciplinaridade para explicar esse fenômeno, pois busca, na história, eventos que exemplificam as alterações no clima, e na química, a explicação de como surge esse fenômeno, que não ocorre de maneira natural. Dessa forma, a Sociologia esclarece a relação dos fenômenos sociais e humanos que resultam em alterações no meio ambiente e que causam o aquecimento global.

O segundo tópico, “O surgimento da Sociologia Ambiental”, compreende a Sociologia ambiental, que, a partir dos anos 70, surge como uma Sociologia focada no estudo das relações entre as diversas sociedades e o meio ambiente. Citando Herculano (2000), denota-se que “a Sociologia ambiental vai tratar as questões ambientais de forma integradora” (COSTA; OLIVEIRA, 2016, p. 171). Nesse tópico são apresentadas algumas perspectivas de autores e cientistas acerca da questão ambiental nas Ciências Sociais, que desenvolvem a questão de maneira a compreender o tema relacionando com a sociedade a partir de suas especificidades, como a desigualdade das relações de classe, em que a população mais pobre sofre mais com os eventos de riscos ambientais. Destarte, a Sociologia trata a questão ambiental em sua amplitude, salientando as diversas formas que atingem a sociedade.

Em seguida, são evidenciadas algumas causas das alterações ambientais, as quais ganharam relevância após a Revolução Industrial, permanecendo até os dias atuais. Posteriormente, são apresentados diversos eventos de catástrofes ambientais que foram causados por imprudência de empresas, e que são colocados para gerar debate entre os alunos, além de levantar a questão sobre a possível fatalidade ou negligência de empresas, evidenciando como os casos de crimes ambientais não sofrem punições no Brasil.

O último tópico, intitulado “Capital, desenvolvimento econômico e a questão ambiental”, inicia o debate sobre a relação entre o desenvolvimento e a interferência do homem na natureza: “o homem, através do trabalho, dominou a natureza e a colocou como subsídio” (COSTA; OLIVEIRA, 2016, p. 173). Esse processo de interferência permitiu a criação de tecnologias que melhoraram a qualidade de vida das sociedades, entretanto, o uso acelerado e irresponsável causou a destruição de recursos naturais renováveis e resultou em diversos acontecimentos de degradação ambiental. Nesse momento, a lógica que impera no desenvolvimento das sociedades a partir do uso de recursos naturais é guiada pelo sistema capitalista. O tópico revisita a questão do desenvolvimento que, frequentemente, é utilizado como sinônimo de “progresso”, que traz possibilidade de maiores ofertas de emprego e consumo; porém, na realidade, essa ideia é ilusória.

O livro apresenta, nas páginas finais do capítulo, três seções como ferramentas pedagógicas que auxiliam na apreensão do tema: a “interdisciplinaridade” tem o objetivo de

compreender as contribuições de pesquisadores de outras áreas de conhecimento para as Ciências Sociais; a “interatividade” estabelece os tópicos do capítulo através de indicações de livros, filmes e *sites* que corroboram o entendimento sobre os assuntos abordados; por fim, a seção “Aprendendo com jogos” reflete a necessidade de utilizar elementos que se aproximem do jovem estudante sob uma linguagem frequentemente usada por ele.

## Conclusão

Dos três livros avaliados, o livro do PNLD de 2012 foi classificado, segundo nossa análise, enquanto uma obra que oferece um estímulo para debater a questão ambiental, embora esteja limitada somente aos movimentos sociais e à menção de crise de alimentos para explicar sobre tal questão. Em seus exercícios, não expõe de forma clara questões socioambientais, tampouco propõe leitura ou outro meio de contextualização com a temática ambiental. Não há, no livro, sugestões para interação do grupo relacionadas à questão ambiental. Além disso, não possui sugestões e orientações para atividades em grupo, nem propostas para exposição de opiniões dos alunos acerca da temática.

Apenas os livros do PNLD de 2015 e 2018 obtiveram avaliação satisfatória – em instâncias consideradas relevantes para apresentar questões socioambientais, como previstos nas DCNs –, tendo em vista a densidade e a relação de problemáticas atuais aos conceitos sociológicos, além de apresentarem leituras e uma gama de possibilidades para apreenderem a temática socioambiental, como, por exemplo, filmes e jogos, com o intuito de incentivar uma nova consciência ecológica diante dos problemas ambientais. Ademais, é igualmente proposto um conjunto de exercícios interativos que colaboram com os objetivos a serem alcançados pelo conteúdo, na medida que possibilita um incentivo à criticidade, diante da estruturação do consumo nas realidades sociais dos indivíduos, cuja exploração do meio ambiente – a partir de uma perspectiva capitalista – suprime cuidados essenciais no quesito socioambiental.

Diante das discussões apresentadas, observando as bases legais da educação, pôde-se compreender que as transformações têm ocorrido, mesmo que de forma tardia, sendo sempre embasadas em discussões que subsidiam o aprimoramento das orientações tomadas no campo educacional, sejam elas por meio de congressos, conferências ou reuniões que tenham a melhoria de qualidade na educação como pauta principal. Esta construção a passos lentos apresenta o motivo pelo qual a questão ambiental ainda se apresenta de forma tão tímida dentro dos livros didáticos de sociologia, visto que uma abordagem simplista e descontextualizada compreende a forma com a qual a disciplina atenderia aos interesses dos que lucram com os problemas socioambientais, sendo necessário romper com os anos de descaso com este campo de conhecimento e não permitir que seja reproduzido na efetivação da educação ambiental, atrelada à sociologia ambiental, propondo discussões que permeiem as conjunturas que entrelaçam sociedade e meio ambiente em toda sua complexidade.

Nesse sentido, a educação ambiental está assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), com sua aplicação de forma multi, inter e transdisciplinar em todos os níveis da educação básica, utilizando disciplinas que envolvam a mesma temática, fazendo relação entre elas e tratando o tema ambiental como não dissociável de nenhuma ciência. Por isso, cabe à Sociologia aplicar a questão ambiental como correlata à cidadania e a outras temáticas da disciplina, possibilitando, assim, a construção de uma “consciência ecológica” nos educandos, objetivando resultados em médio e longo prazo, por meio do desenvolvimento da criticidade diante de problemáticas ambientais vivenciadas por suas comunidades e pela sociedade.

Portanto, nossa pesquisa constatou que, dos três livros didáticos de Sociologia, tomados como objeto de estudo do presente artigo, apenas dois deles – *Sociologia em Movimento* e *Sociologia para Jovens do Século XXI* – trazem, de forma patente, as questões vinculadas aos estudos da Sociologia ambiental e da Educação ambiental. O livro *Sociologia para o Ensino*

*Médio*, embora discuta o tema, o faz com menor intensidade. Segundo nossa análise, essa constatação é importante na medida em que revelam lacunas desse material didático. Apesar disso, entendemos que tais lacunas podem estar associadas à natureza deste campo que, conforme discutido neste artigo, encontra-se ainda em processo de formação.

Por fim, vale observar, reiteradamente, que, nas obras analisadas aqui, o acolhimento dado à abordagem das questões ambientais e suas repercussões sociais não aparece de forma homogênea, ao contrário, são tocadas em menor ou maior extensão. A base teórica da Sociologia ambiental, com vistas à compreensão da relação sociedade-natureza e das causas dos problemas socioambientais, apresenta-se de forma segmentada. Há certa disparidade dada ao tratamento dos conteúdos dessa disciplina nos livros didáticos de Sociologia.

### Referências

ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALENCAR, A. G. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. **Revista brasileira de política Internacional**, v. 44, p. 137-144, 2001.

ALMEIDA, J.; FREURY, L. C.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectivas. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 35, jan./abr. 2014.

ALMEIDA, A. W. B. *Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização*. Travessia, maio/agosto, pp. 30-35. 1996.

ALMEIDA, A. W. B. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2004.

ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. *Ecologia política: natureza, sociedad y utopia*. Buenos Aires: CLACSO, 2002a, p. 115-135.

ALONSO, A.; COSTA, V. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, ANPOCS. Nn. 53, p. 35-78, 2002b.

BACCHIEGGA, F. Desvendando as abordagens da Sociologia Ambiental: revisão de artigos selecionados. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 4, n. 2, p. 118-137, jul./dez. 2013.

BARROS, G. R. N.; LANCHI, A. B. L. A formação do professor de estudos amazônicos: interdisciplinaridade em questão. *Revista@ mbienteeducação*, v. 9, n. 1, p. 78-91, 2016.

BARROS, G. R. N. *A disciplina de estudos amazônicos e a formação de professores do ensino fundamental: uma experiência no município de Marabá-PA*. 2016. 159 f. Dissertação (Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

BERNSTEIN, B. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. *Cadernos de Pesquisa*, n. 120, p. 75-110, nov. 2003.

BODART, C. N.; CIGALES, M. P. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um Estado da Arte na Pós-Graduação. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 256-281, jul./dez., 2017.

BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Ambiente & Sociedade*, v. 8, p. 51-64, 2005.

BRASIL. *Editais de convocação para o processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2012) – Ensino Médio*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), 2012.

BRASIL. *Editais de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2015) – Ensino Médio*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), 2015.

BRASIL. *Editais de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2018) – Ensino Médio*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais. Câmara de Educação Superior. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *PNLD 2012: Sociologia – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *PNLD 2015: Sociologia – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *PNLD 2018: Sociologia – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*. Bases legais. Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000a.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*. Parte 4: Ciências Humanas e suas tecnologias. Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000b.



BRASIL, Senado Federal. *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BUTTEL, F. A Sociologia e o Meio Ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. *Perspectiva: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, Unesp, v. 15, p. 69-94, 1992.

CASTELLS, M. O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista. In: *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 141-168.

CAVALCANTE, T. G. *Adoção do livro didático de sociologia na educação básica: estudo com docentes da rede pública da Primeira Gerência Regional de Ensino da Paraíba*. 2015. 119 f. Dissertação (mestrado profissional) – Fundação Joaquim Nabuco, Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional, Recife/PE, 2015.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, p. 549-566, set./dez., 2004.

CIGALES, M.; BRUNETTA, A. Dossiês sobre ensino de Sociologia no Brasil (2007-2015): temáticas e autores(as). *Latitude*, vol. 12, n. 1, p. 148-171, 2018.

FERREIRA, L. C. Ideias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, p. 77-89, jul./dez. 2004.

COSTA, R. C. R.; OLIVEIRA, L. F. *Sociologia para jovens do século XXI*. 4. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

DESTERRO, F. B. do. *Sobre livros didáticos de sociologia para o ensino médio*. Rio de Janeiro, 2016. 270 f.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A.. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, v. 16, n. 35, p. 34-82, 2014.

FREIRE, P. Carta de Paulo Freire aos professores. *Estudos avançados*, v. 15, n. 42, p. 259-268, 2001.

FREITAS, C. M. *Acidentes químicos ampliados, vulnerabilidade social e planejamento de emergências*. Paper apresentado ao Seminário Internacional sobre Qualidade de Vida e Riscos Ambientais. Niterói, UFF-FIOCRUZ, 1996a.

FREITAS, C. M. *Acidentes químicos ampliados: incorporando a dimensão social nas análises de riscos*. Tese de doutorado. Rio: Fiocruz/ENSP, 1996b.

FUKS, M. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Editora UFRJ, 2001.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GOSS, K. P.; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. *Em Tese*, v. 1, n. 2, p. 75-91, 2004.

GOHN, M.da G. M. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola, 1997.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

HANNIGAN, J. *Sociologia ambiental*. Trad. Annahid Burnett. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 270p.

HERCULANO, Selene. *Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos*. *Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais*, n. 1, 2000.

JÚNIOR, T. T. Ditos e escritos sobre os estudos amazônicos, no ensino básico, do estado do Pará. *Revista de História Bilros*. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s), v. 4, n. 7, p. 13-24, 2017.

LAYRARGUES, P. P. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 7, n. 14, ago./dez. 2012.

LENZI, C. L. *Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

LOPES, J. S. L.; ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (orgs.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004.

MAGALHÃES, S. *Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFPA) e École Doctorale Vivant et Sociétés (Paris XIII). Belém: UFPA. 2007.

MCREYNOLDS, S. A. Guia para o iniciante em sociologia do meio ambiente: definição, lista de jornais e bibliografia. *Ambiente & Sociedade*, ano II, n. 5, 1999.

MEUCCI, S. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia. *Revista brasileira de sociologia*, v. 2, n. 3, jan./jun. 2014.

MORAES, A. C. Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 31, n. 85, p. 359-382, set./dez. 2011.

NUÑEZ, I. B.; RAMALHO, B. L.; SILVA, I. K. P.; CAMPOS, A.P.N. A seleção dos livros didáticos: um saber necessário ao professor. *Revista Iberoamericana de Educación*, 2003.

OLIVEIRA, A. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 35, n. 2, p. 179-189, july-dec. 2013.

PORTO, M. F. S. *Considerações sobre a dinâmica de regulação dos riscos industriais e a vulnerabilidade da sociedade brasileira*. Paper apresentado ao Seminário Internacional sobre Qualidade de Vida e Riscos Ambientais. Niterói, UFFFIOCRUZ, 1996.

QUEIROZ, M. I. P. Coleção Grandes Cientistas Sociais – Marx e Engels. *Cadernos* (Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos) 1 (1986): 549-555.

RIBEIRO, G. L. *Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: ANPOCS/ Marco Zero. 1991.

SANTANA, T. N. *A recontextualização do livro didático de sociologia: um estudo de caso no colégio estadual Olga Benário Prestes*. 2018. 111 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos-Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. Editora Peirópolis LTDA, 2005.

SILVA, A. *et al. Sociologia em movimento*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, G. O. *Angra I e a melancolia de uma era: um estudo sobre a construção social do risco*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.

SILVA, J. R. B. da; ZUCCHETTI, D. T. Sociologia ambiental: estudo na perspectiva da sociedade de risco e bioética na esfera da educação. *Revista Conhecimento Online*, ano 4, v. 2, set. 2012.

TOMAZI, N. D. *Sociologia para o ensino médio*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

UNESCO, International Congress on Environmental Education and Training (en línea), UNESCO-UNEP Environmental Education Newsletter Vol. XII, No 3, Moscú/París, 1987.